



JUCESP PROTOCOLO  
0.267.059/15-2



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DIS-  
TRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA T4F ENTRETENI-  
MENTO S.A.**

ENTRE

**T4F ENTRETENIMENTO S.A.**  
*na qualidade de Emissora*

E

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
*na qualidade de Agente Fiduciário representando a comunhão dos interesses dos Debenturis-  
tas*

11 DE MARÇO DE 2015

1  
88



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA T4F ENTRETENIMENTO S.A.**

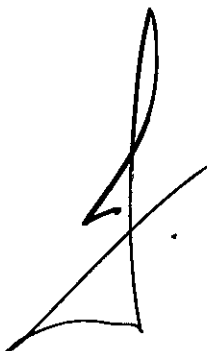
Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **T4F ENTRETENIMENTO S.A.**, sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.860.694/0001-62, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.184.645, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures da 2ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

(b) **PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, os Debenturistas das debêntures objeto da presente emissão ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da T4F Entretenimento S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



2



## CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A presente Escritura de Emissão e a constituição das garantias outorgadas aos Debenturistas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 11 de março de 2015 (“RCA”), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

A ata da RCA que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, e §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

DUPLICATA  
31 03 18

A Emissora entregará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de emissão e eventuais aditamentos devidamente registrada na JUCESP, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do registro.

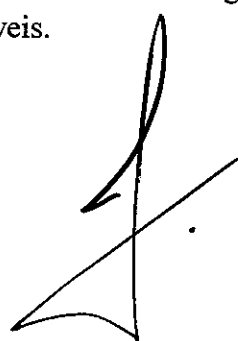
#### **2.4. Registro das Garantias Reais**

Os contratos de garantia real adicional a que se refere o item 4.16 abaixo, por meio dos quais foram constituídas as Garantias Reais (conforme abaixo definido), deverão ser registrados pela Emissora junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, indicados nos referidos contratos. Após o registro dos contratos de garantia real, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário uma via original de cada contrato, registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do registro.

#### **2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**

2.5.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5.2. Não obstante o descrito no item 2.5.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas (i) entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 4.1.3); e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados da data de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações descritas no artigo 17 da Instrução CVM 476 e respeitadas as demais disposições legais aplicáveis.



Handwritten signature and stamp. The stamp is circular with the number 4 inside. There are other handwritten marks and a signature to the right.



DUPLICATA  
31 03 15

ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Emissora ("Debêntures da 1ª Emissão") e (ii) o valor remanescente, após o pagamento do saldo devedor integral acrescido da Remuneração e eventuais encargos das Debêntures da 1ª Emissão, será destinado para capital de giro da Emissora.

### 3.5. Número da Emissão

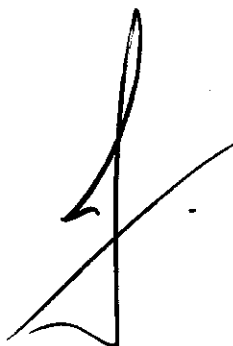
Esta Escritura de Emissão representa a 2ª emissão pública de debêntures da Emissora.

### 3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário.

### 3.7. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária.









ério, a qualquer tempo

4.9.1.1. O Resgate Antecipado Total será feito pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição ou a data do último pagamento efetivo da Remuneração; (ii) demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; e (iii) um prêmio *flat*, calculado sobre o valor total do Resgate Antecipado Total (já incluídos os acréscimos indicados nos itens (i) e (ii), equivalente a:

Período do Resgate	Percentual do Prêmio
Entre a Data de Emissão e 25/03/2016, inclusive	0,50%
Entre 26/03/2016 e 25/03/2017, inclusive	0,40%
Após 25/03/2017, exclusive	0,30%

4.9.1.2. Adicionalmente, a Emissora poderá resgatar antecipadamente a integralidade das Debêntures, a seu exclusivo critério, sem pagamento de prêmio, desde que o faça em uma Data de Amortização Periódica ("Resgate Antecipado Total Sem Prêmio") e, em conjunto com o Resgate Antecipado Com Prêmio, "Resgate Antecipado Total").

4.9.2. A Emissora poderá realizar, somente em uma das Datas de Amortização Periódica, amortização extraordinária parcial das Debêntures, de forma proporcional entre todos os Debenturistas, observado o disposto abaixo ("Amortização Extraordinária Parcial").

4.9.3. A comunicação do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Parcial deverá ser feita mediante comunicação escrita individual aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e/ou publicação de aviso aos Debenturistas a ser realizado no jornal Valor Econômico, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data de realização do evento.

4.9.4. Na comunicação aos Debenturistas, mencionada no item 4.9.3 acima, deverá constar (i) a data efetiva do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, (ii) o valor do Resgate Antecipado Total, inclusive o valor de eventual prêmio, ou da Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, devido pela Emissora; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso.

DUPLICATA  
31 03 15

4.9.5. A Amortização Extraordinária Parcial deverá abranger todas as Debêntures e limitar-se a 90% (noventa por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos da CETIP.

4.9.6. A CETIP, o Escriturador Mandatário, e o Banco Liquidante deverão ser comunicados da realização do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Parcial, conforme o caso, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

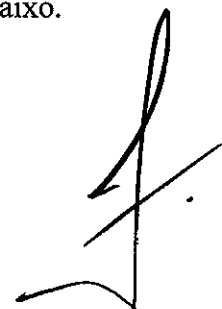
4.9.7. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Total deverão ser canceladas pela Emissora.

4.9.8. É vedado o resgate parcial das Debêntures.

#### 4.10. Remuneração

4.10.1. A remuneração das Debêntures será devida no último dia de cada Período de Capitalização (conforme definido na Cláusula 4.10.1.3) e contemplará juros remuneratórios, a partir da subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Subscrição"), correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de uma sobretaxa de 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) ("Sobretaxa") ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração").

4.10.1.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, desde a Data de Subscrição ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos semestralmente a contar da Data de Emissão, nos meses de março e setembro, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de setembro de 2015 (cada, uma "Data de Pagamento de Remuneração"), conforme definido abaixo.



88



4.10.1.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNe - Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures ou seu saldo, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento,

**FatorJuros** - fator de juros compostos pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

FatorJuros = FatorDI x FatorSpread, onde:

*Fator DI* - produtivo das Taxas DI, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data do respectivo cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

$k$  = número de Taxas DI, variando de 1 até  $n$ .

$n$  – Número total de Taxas DI, sendo “ $n$ ” um número inteiro.

*TDI<sub>k</sub>* - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

*DI<sub>k</sub>* - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

*Fator Spread* - sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

*spread* - 2,4000;

*DP* - número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais períodos de capitalização e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

(i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;

(ii) o fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

(iii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

(v) considera-se o resultado da multiplicação do Fator DI pelo Fator Spread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

(vi) Define-se "Dia Útil" e, no plural, "Dias Úteis", como sendo qualquer dia, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.10.1.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, inclusive e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.10.1.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

11 03 15

4.10.1.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis após a data esperada para apuração, e/ou divulgação, e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo legal e cujo edital de convocação deverá ser encaminhado para publicação em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata tempore*, a partir da Data de Subscrição ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item (i) serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora (a) todos os Debenturistas receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, e apresentada à Emissora na referida Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá refletir os parâmetros utilizados em operações

15

JUCESP  
31 03 15

similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

4.10.1.6. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.10.1.5. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.10.1.6., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.10.1.7. De modo a viabilizar a alteração da Sobretaxa, nos termos do item 4.10.1. acima, a Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá realizar aditamento à presente escritura de emissão e encaminhar à CETIP solicitando tal alteração nos sistemas por ela mantidos e administrados, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à nova sobretaxa.

4.10.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento.

#### **4.11. Repactuação**

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.12. Aditamento à Presente Escritura de Emissão**

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas conforme Cláusula 7ª da Escritura de Emissão, e posteriormente arquivados na JUCESP.

#### **4.13. Vencimento Antecipado**



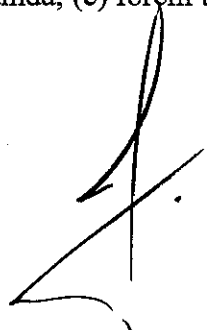
Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. A large signature is on the left. To the right, there are several smaller signatures and a circular stamp. The number 16 is written near the stamp.



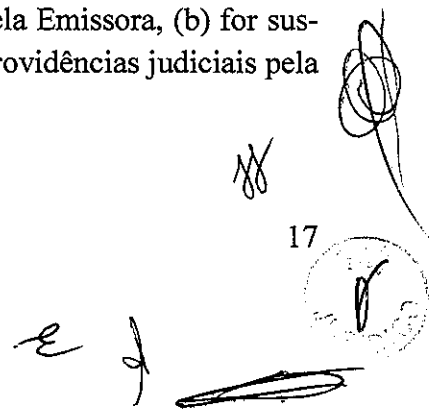
010334  
31 03 15

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição, ou da última data de pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, mediante notificação por escrito à Emissora, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial, extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, decretação ou pedido de falência, requerido por terceiros, pela ou decretado contra a Emissora;
- b) não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu vencimento;
- c) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não sanada no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- d) não cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia, ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado entre as partes;
- e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado em montante igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), e que não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, salvo se (a) tal protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado ao Agente Fiduciário pela Emissora, (b) for susinado ou cancelado no prazo legal, ou, ainda, (c) forem tomadas providências judiciais pela



17



31 03 15

Emissora ou prestadas pela Emissora e aceitas pela autoridade judicial competente, garantias em juízo que suspendam ou extingam a exigibilidade dos títulos;

- f) decretação de vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora, envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), desde que tal inadimplemento não esteja sendo questionado de boa-fé pela Emissora, ou que não seja comprovado o cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- g) não cumprimento pela Emissora, no prazo estabelecido, de decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial transitada em julgado, individualmente ou em conjunto, resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Emissora de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- h) caso as Garantias Reais sejam objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros, de forma que possa afetar o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, e desde que as Garantias Reais não sejam substituídas pela Emissora de forma satisfatória aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para esse fim, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas;
- i) caso as Garantias Reais (x) não sejam devidamente constituídas, (y) sejam anuladas, ou (z) de qualquer outra forma, deixem de existir ou sejam rescindidas, e desde que, no caso dos itens (y) e (z), as garantias não sejam substituídas pela Emissora de forma satisfatória aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para esse fim, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas;
- j) se houver a cisão, fusão, incorporação, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em perda do controle direto ou indireto da Emissora por Fernando Luiz Alterio, e caso este deixe de fazer parte da administração da Emissora;

010854  
31 03 19

- k) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- l) transformação societária da Emissora, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- m) alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora vigente na data desta Escritura de Emissão que venha modificar as atividades preponderantes de promoção e produção de eventos culturais de qualquer natureza;
- n) realização de qualquer pagamento de dividendos, juros sob capital próprio ou de qualquer tipo de participação nos resultados, caso a Emissora esteja em mora com as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- o) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil");
- p) redução de capital social da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, e nos Contratos de Garantia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados;
- q) inadimplemento pela Emissora da obrigação de aplicar os recursos obtidos com a presente Emissão no pagamento antecipado das Debêntures da 1ª Emissão, de acordo com a cláusula 3.4 acima; e
- r) se a Escritura de Emissão, ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem declaradas inválidas, nulas ou inexecutáveis, por decisão judicial transitada em julgado.

4.13.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (e), (f) e (g) do item 4.13.1 acima serão reajustados, desde a Data de Emissão, pelo IGPM/FGV.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. There is a large signature on the left, a smaller one in the middle, and a circular stamp on the right. The number 19 is written near the stamp.

Handwritten signature 'F' on the left. To the right, there are several marks: a scribble, the number '88', the number '20', a circular stamp with a signature inside, and a horizontal line at the bottom.

QUINTA  
31 03 18

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado obrigações decorrentes das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo que esteja em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Subscrição ou da Data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

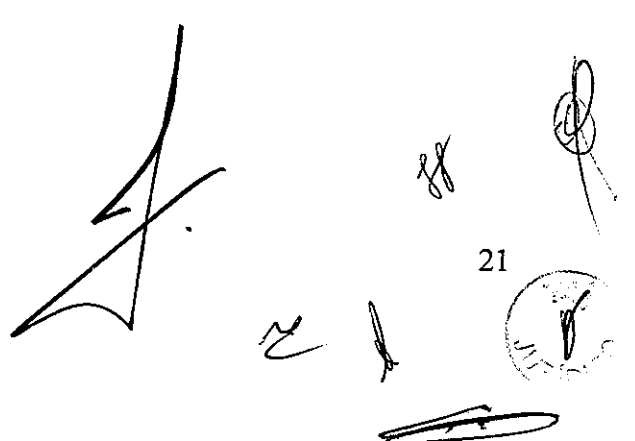
#### 4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração prevista no item 4.10 acima, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irreductível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

#### 4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.16. Garantias Reais



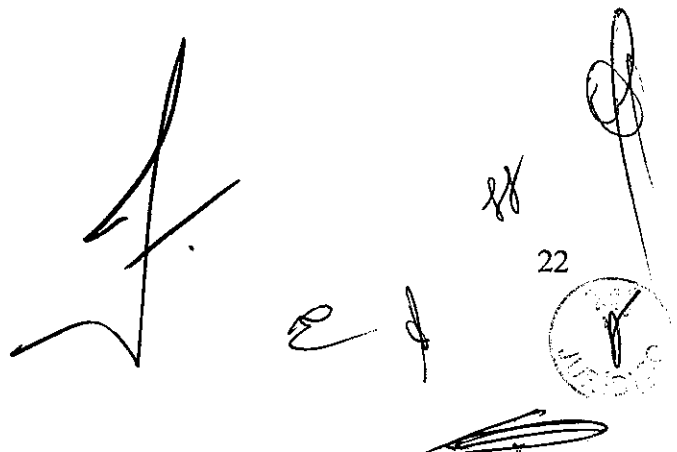
The bottom of the page contains several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there are smaller signatures and a circular stamp. The number '21' is printed near the center of these markings.

010514  
31 03 13

4.16.1. As obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura de Emissão serão garantidas por:

- (i) cessão fiduciária, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes (a) Contrato de Nomeação de Espaço, celebrado em 21 de setembro de 2012, entre a Renault do Brasil S.A. e a Emissora (b) do Contrato de Marketing Institucional com Patrocínio de Denominação para Casa de Espetáculos e Promoção de “Merchandising”, celebrado em 11 de dezembro de 1997, entre Banco Citicard S.A., Banco Citibank S.A. e a Emissora, conforme aditado; e (c) Contrato de Patrocínio – Nomeação de Espaço, celebrado em 14 de julho de 2014, entre CETIP S.A. – Mercados Organizados e a Emissora, relativos aos direitos de uso das marcas “Renault”, “Citibank” e “CETIP” nas casas de espetáculo denominadas Teatro Renault, Citibank Hall SP e Teatro CETIP, formalizada nesta data por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Patrocínio e Outras Avenças (“Contrato de Cessão Fiduciária – Patrocínio”), celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“Cessão Fiduciária de Direitos de Patrocínio”); e
- (ii) cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito das bandeiras Visa, American Express e Mastercard, formalizada nesta data por meio do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito (Cartão) Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (“Contrato de Cessão Fiduciária – Cartões”), celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões” e, em conjunto a Cessão Fiduciária de Direitos de Patrocínio, “Garantias Reais”. Quando o Contrato de Cessão Fiduciária – Patrocínio e o Contrato de Cessão Fiduciária – Cartões forem mencionados em conjunto, serão denominados, “Contratos de Garantia”).

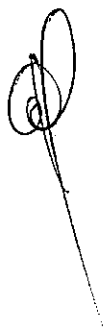
#### 4.17. Local de Pagamento



The bottom of the page contains several handwritten signatures and stamps. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there is a smaller signature. Further right, there is a circular stamp with a signature inside it. The number '22' is written next to the stamp. At the bottom right, there is another circular stamp with a signature inside it.

DUPLICATA  
31 03 13

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures, para as Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada à CETIP.



010 1534  
31 03 15

#### 4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes desta Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.19. Publicidade


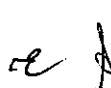

Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (<http://t4f.com.br>), conforme estabelecido no artigo 289 da Lei de Sociedades por Ações, observando o disposto da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) bem como as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade e os prazos legais.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de

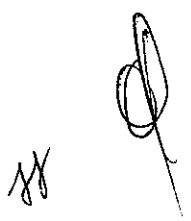
  
24  
  




010554  
31 03 13


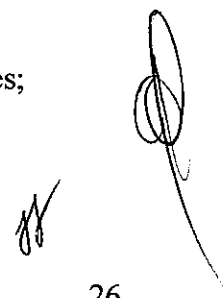
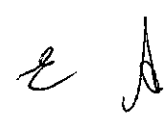
suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes cadastrados na CVM;

- (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, qualquer informação que, razoável e justificadamente, lhe venha a ser solicitada;
- (iii) quando solicitado, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, confirmar ao Agente Fiduciário, por meio de declaração firmada por diretores autorizados a representar a Emissora, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima;
- (v) nos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480/09 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures;
- (vi) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do descumprimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia; e
- (vii) no prazo máximo de 7 (sete) Dias Úteis contados da Data de Emissão das Debêntures, comprovante de quitação das Debêntures da 1ª Emissão.



010 1111  
31 03 15

- (b) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (c) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário formuladas por escrito;
- (d) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (g) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (h) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia;
- (i) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;

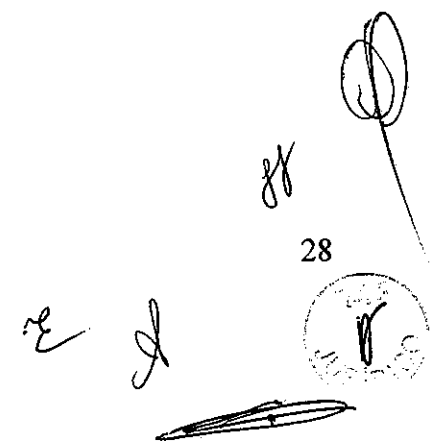


- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão e/ou com os Contratos de Garantia, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) cumprir, todas as leis, regras, regulamentos, inclusive ambientais, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) observar e cumprir integralmente todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (o) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas previa e expressamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, desde que a preços de mercado, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) arcar com todos os custos decorrentes (a) da Oferta Restrita e da Emissão, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais adi-

010 838  
31 03 18

tamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de, mas não se limitando a, assessor legal da Oferta Restrita, Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário;

- (r) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (s) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas, e com as regras emitidas pela CVM;
- (t) observar as disposições da Instrução CVM 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (u) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (v) a partir da Data de Emissão, divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (w) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (x) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;








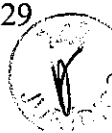

28

DECLARAÇÃO  
31 03 19

- (y) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, no que for aplicável;
- (z) manter os documentos mencionados na alínea (w) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
- (aa) não realizar distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio, redução de capital ou qualquer outra forma de pagamento aos acionistas na hipótese de estar inadimplente com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto o pagamento de dividendo mínimo obrigatório na forma prevista em lei;
- (bb) providenciar o pedido de registro dos Contratos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de assinatura dos respectivos documentos; e
- (cc) providenciar o registro dos Contratos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura dos respectivos documentos.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (p) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos ou outro prazo estipulado pelo órgão público competente;

  
  
  
  
  
29  
  


- (c) desde que prévia e expressamente aprovadas pela Emissora, as despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios colaboradores, para suas viagens e hospedagem;
- (d) desde que prévia e expressamente aprovadas pela Emissora, as despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias reais objeto dos item 4.16 acima, assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (e) desde que prévia e expressamente aprovadas pela Emissora, os eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de escritório de primeira linha, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures, desde que tais despesas, custas e/ou qualquer outro encargo sejam comprovados e a preços de mercado. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.



ss



e d





DUPLICATE  
31 03 15

- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) verificou, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das Garantias Reais descritas no item 4.16, bem como sua suficiência e exequibilidade; e
- (k) que não exerce a função de representante de debenturistas em outra emissão da Emissora ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

6.4.1 Parcelas anuais de R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) cada uma, sendo devida a 1ª parcela no 5º Dia Útil após a assinatura da Escritura de Emissão, e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas.

6.4.2 As parcelas de remuneração descritas acima serão acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Fi-



6.4.3 As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGPM, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada “pro rata temporis”.

6.4.5 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido.

6.4.6 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclua o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

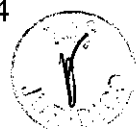
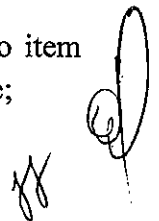
6.4.7 A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

agens e estadas, despesas com especialistas, tais

DUPLICATA  
31 03 15




6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP; (ii) dos Contratos de Garantia, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais a que se refere o item 4.16. desta Escritura de Emissão, bem como sua suficiência e sua exequibilidade;




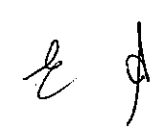
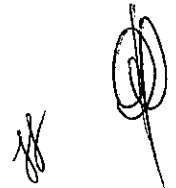
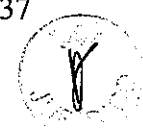

- (i) intimar a companhia a reforçar as garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (j) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (k) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (l) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

- c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e. resgate, amortização do Valor Nominal Unitário, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
- f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
- h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- i. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures;
- j. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria companhia emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - 1) denominação da companhia ofertante;
  - 2) valor da emissão;
  - 3) quantidade de debêntures emitidas;



DUCE 54  
31 03 15

- 4) espécie;
  - 5) prazo de vencimento das debêntures;
  - 6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - 7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- k. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
- l. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (o) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (n) anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
  - b. na sede do Agente Fiduciário;
  - c. na CETIP; e
  - d. na sede do Coordenador Líder.
- (p) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

  
  
  
37  
  


- (q) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP;
- (r) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas;
- (s) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (t) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (u) informar aos Debenturistas, assim que seja comunicado pela Emissora, a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora;
- (v) disponibilizar diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos titulares das Debêntures, por meio do site [www.fiduciario.com.br](http://www.fiduciario.com.br) ou em sua central de atendimento; e
- (w) acompanhar com a Emissora e o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na re-

[illegible]

- 6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.**

vi. Na hipótese da convocação não ocorrer até  
zo acima citado, caberá à Emissora efetua-la,  
provisório, enquanto não se consumir o pro-

o Agente Fiduciário as normas e preceitos a este



OUTUBRO  
31 00 15


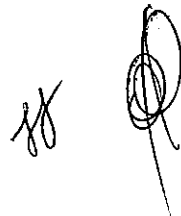
6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.



42

010 1554  
31 03 13

7.11. As alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração das Debêntures, (ii) a data de pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (v) a substituição ou o reforço da Garantia; ou (vi) as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.13 acima, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.12. As deliberações que digam respeito a: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante ou do Escriturador Mandatário; (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta e (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação.

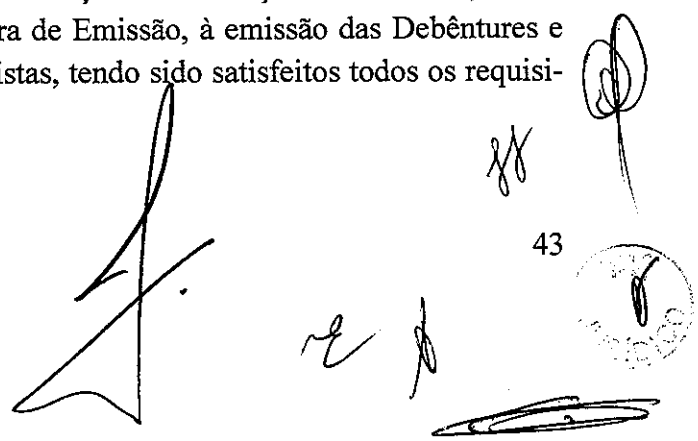
7.13. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não tiver quorum específico, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante aos Debenturistas, que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

43



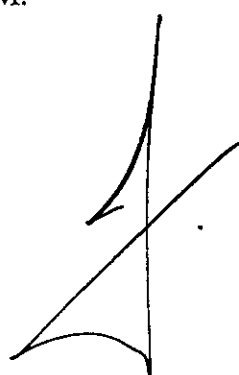
DUCEBSP  
31 03 1988

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já previstos neste Escritura de Emissão, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da Escritura na JUCESP, (ii) o registro das Debêntures na CETIP, e (iii) o registro dos Contratos de Garantia nos respectivos cartórios de títulos e documentos.
- (f) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas nesta data;



11 03 15

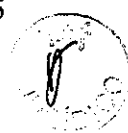
- (g) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2014, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (l) está em situação regular perante toda a legislação trabalhista, tributária e ambiental, ressalvados e excetados todos os casos que a Emissora esteja discutindo ou venha a discutir de boa-fé, administrativa e/ou judicialmente assuntos de natureza trabalhista, tributária e ambiental;
- (m) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.



88



45





RECIBO  
31 03 18

**Para o Banco Liquidante:**

**Banco Bradesco S.A.**

Departamento de Ações e Custódia - DAC

Vila Yara, S/N, Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2º andar

CEP 06.029-900, Osasco, SP

At.: Sr. João Batista de Souza

Tel.: (11) 3684-7911

E-mail: [4010.jbsouza@bradesco.com.br](mailto:4010.jbsouza@bradesco.com.br)/ [4010.debentures@bradesco.com.br](mailto:4010.debentures@bradesco.com.br)

**Para o Escriturador Mandatário:**

**Banco Bradesco S.A.**

Departamento de Ações e Custódia - DAC

Vila Yara, S/N, Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2º andar

CEP 06.029-900, Osasco, SP

At.: Sr. Douglas Marcos da Cruz

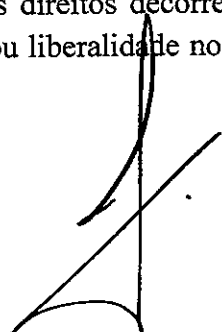

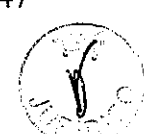
Tel.: (11) 3684-7691

E-mail: [4010.douglas@bradesco.com.br](mailto:4010.douglas@bradesco.com.br)/ [4010.debentures@bradesco.com.br](mailto:4010.debentures@bradesco.com.br)

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

**CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito,

  
47  
  


DUPLICATA  
31 03 18

faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

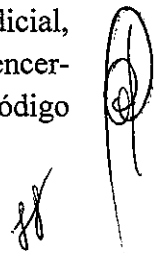
10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. O cumprimento, pelas Partes, das obrigações assumidas na presente Escritura, na forma regulamentar vigente, está condicionado à celebração, pela Emissora e demais partes, do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 2ª Emissão da T4F Entretenimento S.A. e dos Contratos de Garantia.

10.4. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.5. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.





2015  
11 03 15

10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### **CLÁUSULA ONZE – DO FORO**

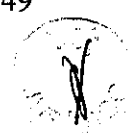
11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 11 de março de 2015



E h





**TABELIONATO DE NOTAS FRANÇA** JOSÉ ROBERTO P. F. - N.º 1  
R. Américo Brasiliense - n.º 1863 - Chácara Santo Antônio - CEP: 04715-005 - Fone: (11) 5180-5580  
TABELIÃO

Rec. Por Semelhança: //2 Firma(s) de:  
FERNANDO LUIZ ALTERIO E FLÁBIA HELENA SCHIAVON  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE - Doc com valor econo.  
Carimbo: 2554294 - SÃO PAULO, 24 de março de 2015  
Valor: R\$ 14,68 ; Em test. da Verdade Algoritmica: 777425374500  
Conf.: Rodrigo  
ELAINE APARECIDA VERCOSA - ESCRIVENTE  
Selo(s): 524319-1036AA-AC607294



[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da T4F Entretenimento S.A.]

### T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Nome: FERNANDO LUIZ ALTERIO  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: FLÁBIA HELENA SCHIAVON  
Cargo: DIRETORA FINANCEIRA E DE  
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

### PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Tatiana Lima  
Cargo: Procuradora

Aline Cunto  
RG: 33.532.253-0  
Procuradora

Testemunhas:

Nome: Eder Linscheol  
CPF: 36399180880

Nome: Cesário B. Passos  
CPF: RG: 43.633.910-9

**13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP** - Bel. AVELINO LUIZ MARQUES  
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5043-7622

Reconheço Por Semelhança a(s) firma(s) de:  
TATIANA DE OLIVEIRA LIMA (502968), ALINE PAPILE CUNTO  
(502969).  
São Paulo, 24 de março de 2015. Em Test. da Verdade.  
ANA PAULA SANTANA - ESCRIVENTE  
ANA PAULA SANTANA - ESCRIVENTE  
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$14,68



31 MAR 2015



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TECNOLÓGICO  
JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO DEBENTURE  
SOB O NÚMERO SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO

ED001662-7/000



JUCESP